

**ENTRE POLÍTICAS E PRÁTICAS: UMA PESQUISA SOBRE A
ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL EM LIBRAS E EXPERIÊNCIAS
SURDAS EM CAMPO GRANDE/MS**

Katicilayne Roberta de ALCÂNTARA¹
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
katicilayne.roberta@ufms.br

RESUMO: Este artigo analisa a acessibilidade artístico-cultural em Língua Brasileira de Sinais - Libras a partir das experiências de pessoas surdas em Campo Grande/MS. Vinculado a uma pesquisa de mestrado em Estudos Culturais, o estudo articula contribuições dos Estudos Surdos e Pós-Coloniais para problematizar a acessibilidade para surdos para além das legislações. Metodologicamente, adota-se a bricolagem com ênfase em procedimentos etnográficos e em entrevistas semiestruturadas em Libras traduzidas para o português. Os resultados evidenciam fragilidades na acessibilidade linguística, especialmente na mediação em Libras e na ausência de políticas culturais voltadas às especificidades da comunidade surda. As narrativas ainda revelam tensões entre inclusão, protagonismo e sua participação efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade cultural; Libras; Estudos Surdos; Etnografia; Estudos Culturais.

**BETWEEN POLICIES AND PRACTICES: A STUDY ON ARTISTIC AND
CULTURAL ACCESSIBILITY IN BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS)
AND DEAF EXPERIENCES IN CAMPO GRANDE/MS**

ABSTRACT: This article analyzes artistic-cultural accessibility in Brazilian Sign Language - Libras based on the experiences of deaf people in Campo Grande/MS, Brazil. Linked to a master's research project in Cultural Studies, the study articulates contributions from Deaf Studies and Postcolonial Studies to problematize accessibility for deaf people beyond legislation. Methodologically, the research adopts bricolage, emphasizing ethnographic procedures and semi-structured interviews conducted in Libras and later translated into Portuguese. The results reveal weaknesses in linguistic accessibility, especially regarding Libras mediation and the absence of cultural policies sensitive to the specificities of the deaf community. Furthermore the narratives expose tensions involving inclusion, protagonism, and effective participation.

KEYWORDS: Cultural accessibility; Brazilian Sign Language (Libras); Deaf Studies; Ethnography; Cultural Studies.

¹ Mestre em Estudos Culturais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Aquidauana – MS. Tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Libras e língua portuguesa na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo revisita conceitos teóricos e apresenta resultados de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em uma dissertação de mestrado realizada entre 2019 e 2021, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/PPGCult do *Campus* Aquidauana, na linha de pesquisa Sujeito e Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. O estudo tem como objetivo analisar as produções artístico-culturais em Libras na cidade de Campo Grande/MS a fim de identificar, a partir das narrativas de pessoas surdas que participam de eventos com propostas de acessibilidade, as lacunas referentes à acessibilidade. A pesquisa partiu tanto de inquietações acadêmicas quanto da trajetória profissional da autora como tradutora e intérprete de Libras e língua portuguesa/TILS na comunidade surda local. Tal vivência evidenciou que, embora esse grupo possua língua, cultura e formas próprias de expressão ancoradas em experiências visuais, essas especificidades ainda permanecem pouco compreendidas em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, a limitada visão sobre as línguas de sinais reforça a necessidade de ampliar o debate para além de uma concepção restrita de inclusão, frequentemente reduzida à presença de TILS, sem considerar as dimensões políticas, culturais e linguísticas envolvidas.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com autores vinculados aos Estudos Pós-Coloniais e aos Estudos Surdos, cujas contribuições possibilitam tensionar concepções normativas acerca da surdez. Essas perspectivas fundamentam uma análise crítica das políticas de acessibilidade, frequentemente estruturadas em pressupostos que desconsideram as experiências surdas na contemporaneidade.

Metodologicamente, a pesquisa se configura como um exercício de escuta sensível das experiências dos participantes surdos, valorizando seus sinais, narrativas e vivências. As interações estabelecidas ao longo do estudo produziram deslocamentos importantes no

posicionamento da pesquisadora, exigindo a adoção de abordagens não convencionais. Nesse contexto, optou-se pela bricolagem, conforme proposta de Paraíso (2012), articulada a procedimentos etnográficos, o que possibilitou registrar, de forma mais aprofundada, as dimensões afetivas, sociais e culturais presentes nas experiências relatadas.

Por fim, o artigo está organizado em duas seções principais. Na primeira, são apresentados os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com ênfase na compreensão da surdez como diferença e políticas de acessibilidade. Na segunda, discutem-se as experiências surdas relacionadas à acessibilidade artístico-cultural, a partir das narrativas de uma participante, problematizando os chamados “cotejos” de suas vivências, e como a acessibilidade artístico-cultural tem sido implementada na cidade de Campo Grande/MS, evidenciando seus limites e suas potencialidades.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: SURDEZ, DIFERENÇA E POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE

A discussão sobre a surdez e sobre a constituição dos sujeitos surdos ainda suscita dúvidas, tensões e, por vezes, incômodos no campo acadêmico e social, especialmente quando confronta concepções que historicamente compreendem a surdez a partir da deficiência, da falta e da necessidade de normalização dos sujeitos surdos.

No entanto, observa-se a consolidação de um campo interdisciplinar que compreende a surdez refletida na perspectiva epistemológica ancorada em interpretações culturais. Nesse sentido, como propõe Sá (2002), deslocar o olhar para a centralidade do sujeito surdo possibilita ultrapassar concepções pautadas na perspectiva médico-terapêutica, avançando em direção ao reconhecimento político da surdez como diferença linguística e cultural. Tal perspectiva rompe com práticas historicamente centradas na normalização dos sujeitos surdos, marcadas por tratamentos clínicos, terapias,

aprendizagem da fala e leitura labial, nas quais a comunicação era concebida como algo previamente estabelecido a partir da oralidade ouvinte.

Com essa perspectiva, torna-se fundamental problematizar as narrativas historicamente construídas sobre os surdos, muitas das quais foram naturalizadas ao longo do tempo. “Em geral, a norma tende a ser invisível, e é essa própria invisibilidade da norma que faz com que ela nunca seja questionada, problematizada: é sempre ‘desvio’ que constitui o ‘problema’” (Silva, 1997, p. 4).

Essa lógica sustentou, durante séculos, práticas educacionais e sociais baseadas na oralidade e na exclusão das línguas de sinais, reforçando processos de normalização e de apagamento linguístico e cultural, como Sá (2002) enfatiza:

[...] este enfrentamento pode possibilitar uma resignificação das questões envolvidas, gerando, até mesmo, transformações sociais. Ora, os ouvintes desenvolveram um conjunto de concepções e princípios práticos dos pontos de vista educativo, linguístico, legislativo e social sobre os surdos que precisam ser confrontados, desfamiliarizados, pois, por trás de cada concepção, certamente, há interesses políticos, filosóficos, econômicos e até religiosos (Sá, 2002, p. 10).

Nas últimas décadas, entretanto, observa-se a emergência de discursos que tensionam essas formas de regulação, marcada pelo fortalecimento de movimentos surdos e pela emergência de novas formas de resistência. Nesse contexto, a perspectiva socioantropológica da surdez ganha destaque ao compreender os sujeitos surdos em suas experiências históricas, linguísticas e culturais.

[...] Proponho olhar a surdez de outro lugar que não o da deficiência, mas o da diferença cultural. Não nego a falta de audição do corpo surdo, porém desloco meu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e de quererem ser vistos como sujeitos surdos e não como sujeitos com surdez (Lopes, 2011, p. 9).

Essa compreensão amplia o debate ao incorporar dimensões políticas da surdez, entendida como condição assumida e mobilizadora de lutas por reconhecimento e direitos.

Ao mesmo tempo, evidencia-se o crescimento de produções acadêmicas que reforçam essa abordagem, consolidando um campo de estudos comprometido com a valorização das experiências surdas e de suas especificidades linguísticas e culturais.

Nesse sentido, a noção de diferença assume papel estratégico, tanto para a afirmação da identidade quanto para o fortalecimento político da comunidade surda. Ainda que se reconheça a complexidade de não fixar identidades, manter a diferença como marca identitária continua sendo relevante em diversos contextos, especialmente diante das desigualdades e das disputas por reconhecimento (Lopes, 2011).

No Brasil, o reconhecimento da Libras por meio da Lei nº 10.436/2002 representa um marco importante nas lutas por direitos linguísticos e reconhecimento cultural. Entretanto, tal reconhecimento não deve ser compreendido como ponto de chegada, mas como parte de um processo mais amplo e contraditório de institucionalização. Isso porque as políticas linguísticas, ao mesmo tempo em que ampliam direitos, também podem produzir outras formas de regulação e controle sobre as línguas e seus usuários.

Um exemplo dessa tensão encontra-se na própria Lei nº 10.436/2002, ao estabelecer que a Libras não substitui a modalidade escrita da língua portuguesa (Brasil, 2002). Tal formulação evidencia a centralidade e a hierarquia da língua portuguesa historicamente constituída. Nesse contexto, a escrita em língua portuguesa permanece como elemento de validação intelectual do surdo. Como argumenta Vieira-Machado (2012, p. 122-123), “[...] se o surdo não sabe o português escrito, a exclusão torna-se iminente, pois, muito mais do que um fator de inclusão em uma sociedade letrada, é a prova constante de que esse sujeito se coloca, para os ouvintes, como ‘pessoa capaz’”.

Desse modo, observa-se que o reconhecimento da Libras não elimina as relações de poder que atravessam as políticas linguísticas, mas evidencia disputas em torno da legitimidade das línguas, dos modos de comunicação e das formas de pertencimento social.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer a diversidade linguística existente entre os surdos no Brasil, como é apresentada na pesquisa de Araujo (2023). O autor ressalta a existência de diferentes línguas de sinais e práticas comunicativas que, muitas vezes, permanecem invisibilizadas por discursos que posicionam a Libras como única língua de sinais. Essa homogeneização pode ser compreendida como efeito de uma lógica colonial que tende a apagar diferenças internas em nome de uma unidade normativa. Assim, problematizar a centralidade da Libras também implica reconhecer outras línguas de sinais e práticas comunicativas que escapam aos enquadramentos institucionais.

As lutas em torno das políticas linguísticas e educacionais também contribuem para a ampliação do acesso às produções culturais em Libras, fortalecendo a presença da cultura surda nos espaços sociais. Nesse processo, a cultura assume papel central na construção de significados, identidades e pertencimentos. Conforme Hall (2016), os significados culturais não apenas organizam práticas sociais, mas também influenciam condutas e produzem efeitos concretos na vida dos sujeitos.

[...] Em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais (...) a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e a ideias. A expressão no meu rosto pode até “revelar algo” sobre quem eu sou (identidade), o que estou sentindo (emoções) e de que grupo sinto fazer parte (pertencimento). (...) Os significados culturais não estão somente na nossa cabeça – eles organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos (Hall, 2016, p. 20).

De forma complementar, Woodward (2009) destaca que é por meio dos sistemas classificatórios que a cultura possibilita a construção de sentidos sobre o mundo social. No caso das comunidades surdas, tais processos estão diretamente relacionados às experiências visuais, às interações em Libras e às formas específicas de organização social e cultural.

Apesar desses avanços, persistem barreiras significativas de comunicação e de acesso à informação em diferentes contextos sociais. Ao discutir a acessibilidade cultural, Moreira e Lioli (2020) evidenciam que determinadas práticas, embora sejam apresentadas como inclusivas, podem produzir efeitos contrários à inclusão efetiva das pessoas surdas, uma vez que

[...] algumas estratégias de acessibilidade cultural não apenas reforçam preconceitos e estereótipos sobre os surdos, mas também prejudicam a autonomia criativa desses sujeitos. Ao invés de incluir essencialmente, reforça-se a separação entre as pessoas surdas e as pessoas ouvintes (Moreira; Lioli, 2020, p. 66).

Essa perspectiva demonstra que a acessibilidade não deve ser compreendida apenas como oferta de recursos técnicos, mas como uma prática comprometida com a participação, a autonomia e o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Nesse sentido, segundo Alcântara (2021), a promoção da acessibilidade à cultura é essencial, independentemente de o indivíduo ter alguma deficiência, compreendida como um direito fundamental, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante o acesso a bens e a serviços culturais em condições de igualdade. No entanto, a efetivação desse direito exige mais do que a implementação de recursos técnicos, demandando ações que considerem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

Por fim, conforme argumenta Albres (2020), as políticas linguísticas podem ser compreendidas como formas de resistência, mas também como dispositivos atravessados por ideologias e relações de poder. Assim, pensar a acessibilidade para surdos implica reconhecê-la como campo de disputa, no qual se confrontam diferentes concepções de língua, cultura e sujeito. Mais do que garantir acesso, trata-se de questionar quem define o que é acessível, para quem e em quais condições, abrindo espaço para a construção de práticas que efetivamente reconheçam e valorizem a diferença surda.

3 EXPERIÊNCIAS SURDAS E ACESSIBILIDADE ARTÍSTICO-CULTURAL

O presente tópico, originalmente apresentado como o Capítulo III da dissertação intitulado “A escuta dos sinais: os surdos e suas perspectivas sobre acessibilidade artístico-cultural”, apresenta diversos eixos temáticos, contudo, em vez de destrinchá-los, opta-se por dialogar com alguns dados produzidos, a fim de compreendê-los como construções situadas, atravessadas por relações de poder, linguagem e produção de sentidos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se insere no campo das abordagens pós-críticas, adotando a bricolagem como estratégia de investigação. Tal escolha não se limita a uma opção técnica, mas configura um posicionamento epistemológico que recusa a rigidez metodológica e assume a produção do conhecimento como processo aberto, contingente e relacional. Nesse sentido, conforme Paraíso (2012), a bricolagem permite:

[...] cavar/produzir/fabricar a articulação de saberes e a bricolagem de metodologias porque não temos uma única teoria a subsidiar nossos trabalhos e porque não temos um método a adotar. Usamos tudo aquilo que nos serve, que serve aos nossos estudos, que serve para nos informarmos sobre nosso objeto, para encontrarmos um caminho e as condições para que algo de novo seja produzido (Paraíso, 2012, p. 33).

Dessa forma, os procedimentos se iniciaram no mês de setembro de 2019, porém os agendamentos das entrevistas iniciaram no final de março de 2020, em dias, horários e locais diferentes, conforme a disponibilidade dos participantes, e em espaços reservados como combinado.

A definição dos participantes seguiu critérios como: ser surdo usuário de Libras, residente em Campo Grande/MS e engajados em movimentos surdos. Isso revelou uma intencionalidade política da pesquisa, ao priorizar sujeitos que vivenciam e produzem cultura em seus contextos. Com isso, participaram três indivíduos do sexo masculino e cinco do sexo feminino, que tinham entre 21 e 36 anos. É importante reconhecer que esse

recorte não esgota a diversidade da experiência surda, o que demonstra a necessidade de futuras investigações que contemplem outras perspectivas e trajetórias.

As entrevistas foram realizadas em Libras pela pesquisadora e posteriormente traduzidas para o português. Elas não devem ser compreendidas como simples transposição linguística, mas como processos de tradução cultural. Esse movimento implica reconhecer que toda tradução envolve escolhas, deslocamentos e negociações de sentido, especialmente quando se trata de línguas com estruturas e modos de significação distintos. Assim, a opção por preservar a estrutura da Libras, ainda que com ajustes gramaticais, evidencia um compromisso ético com as experiências dos participantes.

A análise das narrativas permitiu a construção de categorias que, longe de serem fixas, operam na compreensão das tensões presentes na acessibilidade artístico-cultural. No que se refere às percepções sobre acessibilidade, evidencia-se que a simples oferta de eventos culturais não garante a participação efetiva dos sujeitos surdos. Tal constatação tensiona a noção de acessibilidade como presença de recursos e aponta para sua dimensão qualitativa, relacional e situada.

Nesse contexto, emerge uma crítica importante ao papel dos TILS que atuam nesse campo. As narrativas indicam que a atuação exige não apenas domínio linguístico, mas também repertório cultural e sensibilidade às especificidades do campo artístico. Ao mesmo tempo, evidencia-se que os parâmetros destacados por Russo e Pereira (2008), como posicionamento, deslocamento, memória de curto prazo (ou memória de trabalho), expressão facial e corporal, improvisação, percepção visual e auditiva, prosódia e expressividade oral, são utilizados também em outros contextos de atuação, e nem sempre são adequados às demandas da mediação cultural, exigindo a construção de práticas mais flexíveis e contextualizadas.

Apesar dos avanços observados, os relatos apontam para a persistência de barreiras estruturais que limitam o acesso dos surdos à cultura, desde a divulgação dos eventos em Libras, até ausência de TILS. A falta de comunicação também é identificada como um dos principais obstáculos, revelando-se como a centralidade da exclusão e da inacessibilidade. Nesse sentido, a exigência de adaptação das pessoas surdas às normas ouvintes pode ser compreendida como efeito de relações de poder que produzem desigualdades e restringem formas de participação.

A análise dessas dificuldades permite compreender a acessibilidade como campo de disputa, no qual se confrontam diferentes concepções de cultura, linguagem e sujeito. As narrativas evidenciam que o acesso à cultura, à educação e à participação social não se dá de forma homogênea, mas é atravessado por conflitos, resistências e negociações. Nesse contexto, a resistência emerge não apenas como reação, mas como prática constitutiva das experiências surdas, “[...] fundamental na existência do movimento que, lutando pelo surdo, resiste à complexidade da cultura vigente, mas no sentido de abrir acesso a ela de uma forma em que se sobressaia a diferença” (Perlin, 2015, p. 71).

Outro aspecto relevante refere-se ao papel das associações de surdos, que se configuram como espaços de produção cultural, fortalecimento identitário e articulação política. Mesmo diante da ausência de apoio institucional, essas organizações desenvolvem iniciativas que ampliam as possibilidades de participação e circulação da cultura surda. Tal movimento evidencia as ações coletivas, ao mesmo tempo em que denuncia a insuficiência das políticas públicas existentes. Albres (2015) destaca que a construção política e coletiva dos indivíduos é fundamental para desenvolver autonomia, pensamento crítico e criativo; além disso, afirma:

Verificamos novos espaços de participação dos surdos; como a escola, um espaço de construção da cultura, novos conteúdos e conseqüentes

sinais reorganizam a forma de pensar dessas pessoas. Algo muito discutido é o vínculo entre língua, pensamento e cultura, consideramos que estes aspectos são interdependentes e interconstitutivos. Nesta perspectiva o homem é produto e produtor da cultura, conjunto das relações sociais, portanto mister se faz investigar a origem histórica de alguns princípios da Língua de Sinais (Albres, 2015, p. 9, *sic*).

As narrativas também revelam que as barreiras comunicacionais extrapolam os espaços culturais, atingindo dimensões fundamentais da vida social, como as relações familiares. O fato de a maioria dos surdos nascer em famílias ouvintes que desconhecem a Libras evidencia uma ruptura inicial no acesso à linguagem, com impactos significativos na constituição subjetiva desses sujeitos. Essa condição reforça a necessidade de políticas que promovam o acesso precoce à Libras.

No que se refere às expectativas em relação à acessibilidade, observa-se uma percepção ambivalente: embora haja reconhecimento dos esforços realizados por associações e movimentos, há também uma crítica contundente à ausência de políticas públicas efetivas. Essa tensão evidencia que a acessibilidade não pode ser pensada apenas como iniciativa isolada, mas como responsabilidade coletiva e institucional.

A discussão proposta por Vieira-Machado e Mattos (2019) contribui para compreender como as decisões políticas, frequentemente centralizadas e burocratizadas, limitam a participação dos sujeitos nos processos que os afetam. Nesse sentido, a acessibilidade se configura como campo marcado por disputas de poder, no qual determinadas vozes são legitimadas enquanto outras são silenciadas.

A análise das narrativas permite afirmar que a acessibilidade, tal como vivenciada pelos participantes, está profundamente imbricada em interesses políticos e em regimes de verdade que definem o que é considerado legítimo. Assim, mais do que ausência de recursos, a inacessibilidade revela a persistência de estruturas que produzem exclusão e invisibilizam a diferença surda.

Esse exemplo corrobora a narrativa apresentada por uma das participantes quando ela narra que: “O poder público também tem sua parcela de culpa por não garantir essa acessibilidade e inclusão, e ainda, não reconhecer que os surdos têm sua cultura, identidade e língua diferente dos demais”. Observa-se que a ausência de políticas comprometidas com a diferença surda ultrapassa a questão do acesso, alcançando dimensões relacionadas ao reconhecimento cultural e linguístico da comunidade surda.

Nesse sentido, participar de uma comunidade, sobretudo surda, é partilhar de sua língua, comunicação e um conjunto de trocas de experiências sobre a diferença surda. Conforme cita Lopes (2011), a ausência desse reconhecimento da diferença ou de um espaço específico para a comunidade contribui para o enfraquecimento das lutas cotidianas em busca de seus direitos. Ainda assim, a autora ressalta que “(...) existem elos subjetivos de marcar e fortalecer identidades e de fazer com que os indivíduos se reconheçam” (Lopes, 2011, p. 75). Esses elos se constituem nas trocas de experiências, na circulação da língua e nas relações entre os sujeitos, produzindo formas de resistência às estruturas ouvintistas e fortalecendo o pertencimento coletivo.

Outro ponto crítico refere-se à formação dos TILS, ainda fortemente concentrada no campo educacional. A atuação em contextos artístico-culturais exige competências específicas que vão além da tradução linguística, demandando conhecimento temático, sensibilidade estética e capacidade de mediação intercultural. A ausência de diretrizes específicas para essa atuação evidencia uma lacuna importante na formação profissional. Isso se torna evidente considerando que:

O intérprete, frequentemente, necessita fornecer pistas suficientes à compreensão e à reconstrução do sentido na língua de sinais, (...) é muito comum o ILS² não ter acesso prévio ao texto que irá interpretar e, por isso ter que construir a interpretação na língua de sinais à medida que o

² A autora faz referência a sigla ILS para Intérprete de Língua de Sinais.

orador vai expondo suas ideias, o que torna o trabalho de interpretação ainda mais difícil (Lacerda, 2015, p. 272).

Para tal, ao assumir o compromisso ético de acesso a conteúdos como eventos e peças teatrais, deve-se ter em mente que sua ação é tão responsiva quanto responsável. Esta singularidade consiste na capacidade de atender às diversas vozes que se refletem diariamente, pois ele “(...) no processo de interpretação, dialoga com o discurso do locutor, confabula com suas próprias experiências, com as diferentes vozes que o constitui e constrói um novo discurso direcionado ao interlocutor em potencial do processo (...)” (Albres, 2015, p. 70).

Por fim, no “olhar de perto e de dentro: notas sobre a escuta dos sinais”, é a realização do fechamento acerca das narrativas apresentadas pelos participantes. Por meio da etnografia, foi possível captar essas experiências, permitindo sensibilidade na relação com outros indivíduos envolvidos e ao contexto pesquisado. Além disso, compreender como eles se organizam em uma associação e sua importância linguística para diversas gerações surdas.

Desse modo, a acessibilidade artístico-cultural, longe de ser compreendida como dado ou como recurso técnico, revela-se como campo complexo, atravessado por disputas, resistências e possibilidades. Pensá-la a partir das experiências surdas implica reconhecer a centralidade da língua, da cultura e da diferença, bem como questionar as estruturas que historicamente têm limitado a participação desses sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou problematizar a acessibilidade artístico-cultural em Libras a partir das experiências de pessoas surdas na cidade de Campo Grande/MS, tomando como base as narrativas produzidas na pesquisa de mestrado (Alcântara, 2021). Ao articular

contribuições dos Estudos Surdos e dos Estudos Pós-Coloniais, a análise permitiu deslocar a compreensão da acessibilidade de uma perspectiva normativa para um campo atravessado por disputas simbólicas, políticas e culturais.

Nesse sentido, a reflexão sobre a surdez como diferença mostrou-se central para tensionar concepções ainda fortemente ancoradas em paradigmas deficitários. Mais do que negar a dimensão biológica da surdez, trata-se de evidenciar que os significados atribuídos a essa condição são historicamente construídos e atravessados por relações de poder. Da mesma forma, a acessibilidade não pode ser compreendida apenas como oferta de recursos ou cumprimento de legislações, mas como prática social que envolve reconhecimento, pertencimento e participação efetiva.

Embora existam avanços legais importantes, a implementação das políticas de acessibilidade ainda se mostra limitada, sobretudo quando reduzida à lógica de “inclusão”. Tal abordagem tende a desconsiderar questões linguísticas e culturais das pessoas surdas, resultando em baixa participação.

A escuta das experiências dos participantes revelou que a acessibilidade, tal como vivenciada, é marcada por ambiguidades, tensões e insuficiências. As narrativas evidenciam não apenas barreiras materiais e comunicacionais, mas também processos de invisibilização que operam na produção de lugares sociais subalternizados. Nesse contexto, a ausência de uma escuta efetiva das demandas surdas contribui para a manutenção de práticas que reproduzem desigualdades, ainda que sob o discurso da inclusão.

Dessa forma, torna-se problemático pensar a acessibilidade sem considerar as condições de produção dos sujeitos e suas formas de interação com o mundo. A desconsideração da língua de sinais como elemento estruturante das experiências surdas evidencia uma lógica que privilegia a norma ouvinte, reforçando assimetrias e limitando

possibilidades de participação. Mais do que garantir acesso, é necessário reconhecer a diferença como constitutiva e não como obstáculo.

Embora se observe uma ampliação na oferta de produções artístico-culturais na cidade de Campo Grande/MS, os dados indicam que tais iniciativas ainda não atendem plenamente às demandas da comunidade surda. A recorrente insatisfação dos participantes aponta para uma lacuna significativa entre a produção cultural e sua efetiva acessibilidade linguística, evidenciando que a presença de eventos não se traduz automaticamente em participação.

Assim, pensar a acessibilidade artístico-cultural em Libras implica deslocar o debate da lógica da inclusão para o campo da justiça linguística e cultural. Mais do que ampliar o acesso, trata-se de transformar as condições que historicamente têm produzido exclusão, reconhecendo os sujeitos surdos como protagonistas na construção de práticas culturais. Nesse sentido, a acessibilidade não se configura como concessão, mas como direito em disputa.

Por fim, destaca-se que as questões abordadas neste estudo permanecem abertas e demandam aprofundamento. A complexidade das relações entre língua, cultura, acessibilidade e poder indica a necessidade de novas investigações que ampliem o debate e incorporem outras perspectivas e contextos. Mais do que oferecer respostas conclusivas, este trabalho busca contribuir para a problematização de um campo ainda em disputa, reafirmando a importância de pensar a acessibilidade a partir das experiências e do protagonismo das pessoas surdas.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALBRES, Neiva de Aquino. Política linguística e política educacional: duas faces de uma mesma moeda para surdos. *In*: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque de (org.).

Libras em diálogo: interfaces com as políticas públicas. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 15-48.

ALCÂNTARA, Katicilayne Roberta de. **A (in) acessibilidade artístico-cultural para surdos na cidade de Campo Grande/MS.** 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4229> Acesso em: 10 jan. 2024.

ARAUJO, Bruno Roberto Nantes. **A colonização pela Libras da língua de sinais dos indígenas surdos das aldeias Olho D'Água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul.** 2023. 196 f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário oficial da União:** seção 1, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). *In*: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 247-287.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MOREIRA, Catharine; LIOLI, Amanda. Experiências transcriativas. *In*: RIGO, Natália Schleder (org.). **Textos e contextos artísticos e literários:** tradução e interpretação em Libras. 1. ed. Petrópolis: Arara Azul, 2020. p. 62-83. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/wp-content/uploads/2023/07/volume3-versao-online.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2026.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-45.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades Surdas. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-73.

RUSSO, Ângela; PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Tradução e interpretação de língua de sinais:** técnicas e dinâmicas para cursos. São Paulo: Cultura Surda, 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, Rio de Janeiro, n. 8, ago./dez.1997. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/159/150>. Acesso em: 27 jul. 2025.

VIEIRA-MACHADO, L. M. da C. **(Per)Cursos na formação de professores de surdos capixabas**: constituição da educação bilíngue no estado do Espírito Santo. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; MATTOS, Leila Couto. **Na presença da outra, o encontro comigo**: da história da educação de surdos à história de nossas vidas. Campo dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 7-72.

RECEBIDO EM: 27 de abril de 2026
APROVADO EM: 04 de maio de 2026
Publicado em julho de 2026